

10 DE DEZEMBRO DE 2014

1.1 A Emissão, a Oferta (conforme abaixo definida), a constituição da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida) e a celebração da presente Escritura de Emissão, dentre outros, são realizadas com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 28 de novembro de 2014 (“AGE”), nos termos do

artigo 59, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, e de acordo com o Estatuto Social vigente da Emissora.

- 1.2 A emissão das CCBs MTel (conforme abaixo definidas), a Cessão Fiduciária e a garantia fidejussória, na espécie aval, a serem outorgadas pela Emissora no âmbito da Emissão e das CCBs (conforme abaixo definidas), respectivamente, conforme aplicável, são concedidas com base na deliberação da reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 28 de novembro de 2014 ("RCA"), ratificada pela AGE, nos termos do artigo 16, inciso (xii) do Estatuto Social vigente da Emissora.
- 1.3 A emissão da CCB Banco do Brasil, a Cessão Fiduciária e a Fiança (conforme abaixo definida) a serem outorgadas pela Aynil no âmbito da Emissão, dentre outros, são concedidas com base na deliberação da reunião do Conselho de Administração da Aynil, realizada em 28 de novembro de 2014 ("RCA Aynil"), nos termos do artigo 16, inciso (xii) do Estatuto Social vigente da Aynil.
- 1.4 A Cessão Fiduciária e as Alienações Fiduciárias (conforme definido abaixo) a serem outorgadas pelo Fundo de Investimentos em Participações Integra ("FIP Integra"), no âmbito da Emissão e das CCBs, são concedidas com base na deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, realizada em 10 de dezembro de 2014 ("AGC FIP Integra").
- 1.5 A Cessão Fiduciária e as Alienações Fiduciárias a serem outorgadas pela Annecto Holdings V, L.P. ("Annecto"), no âmbito da Emissão e das CCBs, são concedidas com base na seção (section) 5.3 do *Limited Partnership Agreement* da Annecto.

2 Dos Requisitos

- 2.1 A Emissão será realizada com observância dos requisitos abaixo:

2.1.1 Arquivamento e Publicação da ata da AGE, da RCA e da RCA Aynil

- (i) As atas da AGE e da RCA mencionadas nas Cláusulas 1.1 e 1.2 acima, respectivamente, serão arquivadas na JUCESP e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal Diário do Comércio ("DC"), nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.
- (ii) A ata da RCA Aynil será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal DC, nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.
- (iii) A ata da AGC FIP Integra será registrada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2.1.2 Inscrição desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos

- (i) Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, sendo que a Emissora entregará uma via original arquivada desta Escritura de Emissão ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias a contar após da data do respectivo arquivamento.

2.1.3 Constituição das Alienações Fiduciárias

- (i) As Alienações Fiduciárias será formalizada por meio dos Contratos de Alienação Fiduciária (conforme abaixo definido), e será constituída

mediante o registro dos Contratos de Alienação Fiduciária, e qualquer aditivo subsequente, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos nas Cidades de São Paulo e Barueri, Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 129 da Lei 6.015 de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada ("Lei de Registros Públicos"), em até 5 (cinco) Dias Úteis (conforme abaixo definidos) a contar da data de sua respectiva assinatura. Uma via original dos Contratos de Alienação Fiduciária, bem como de qualquer aditivo subsequente, devidamente registrada nos referidos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, deverá ser entregue pela Emissora ao Agente de Garantia (conforme abaixo definido) em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do seu efetivo registro em tais cartórios.

- (ii) A Emissora, dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da celebração dos Contratos de Alienação Fiduciária, ou de qualquer aditamento feito a tal contrato, deverá (a) registrar ou fazer com que os terceiros depositários das Ações Alienadas (conforme abaixo definidas), conforme aplicável, registrem as Alienações Fiduciárias em seus registros eletrônicos ou no Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora, conforme aplicável, nos termos do disposto no artigo 40, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, fazendo constar a declaração disposta nos Contratos de Alienação Fiduciária; e (b) entregar ao Agente Fiduciário (ou a quem este indicar por escrito) extrato de conta de depósito emitido pelo(s) terceiro(s) depositário(s) das Ações Alienadas e/ou cópia autenticada da página do livro de escrituração das ações da Emissora, conforme aplicável, atestando o cumprimento da formalidade estabelecida no subitem (a) acima, e que as Ações Alienadas e os direitos delas decorrentes não se encontram sujeitos a quaisquer ônus e restrições, exceto pelas Alienações Fiduciárias.

2.1.4 Constituição da Cessão Fiduciária

- (i) a Cessão Fiduciária será formalizada por meio do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido), e será constituída mediante o registro do Contrato de Cessão Fiduciária, e qualquer aditivo subsequente, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de São Paulo e Barueri, Estado de São Paulo, e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 129 da Lei de Registros Públicos, em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de sua respectiva assinatura. Uma via original do Contrato de Cessão Fiduciária, bem como de qualquer aditivo subsequente, devidamente registrada nos referidos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, deverá ser entregue pela Emissora e/ou pela Aynil ao Agente de Garantia em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do seu efetivo registro em tais cartórios.

2.1.5 Constituição do Compartilhamento de Garantias

- (i) o Compartilhamento de Garantias (conforme abaixo definido) será formalizado por meio do Contrato de Compartilhamento de Garantias (conforme abaixo definido), e será constituído mediante o registro do

Contrato de Compartilhamento de Garantias, bem como qualquer aditivo subsequente, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro, Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de sua respectiva assinatura. Uma via original do Contrato de Compartilhamento de Garantias, e qualquer aditivo subsequente, devidamente registrados nos referidos cartórios deverá ser entregue pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data do seu efetivo registro.

2.1.6 Constituição da Fiança

- (i) em virtude da Fiança (conforme definida abaixo), a presente Escritura de Emissão, bem como qualquer aditivo subsequente, deverão ser registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Barueri e de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme disposto nos artigos 129 e 130 da Lei de Registros Públicos. A Emissora obriga-se a, sendo responsável por todas as despesas incorridas em tais atos, requerer o registro desta Escritura de Emissão nos referidos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos em até 20 (vinte) dias contados de sua celebração. Uma via original desta Escritura de Emissão, devidamente registrada nos referidos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, deverá ser entregue pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data do seu efetivo registro em todos os cartórios competentes.

2.1.7 Dispensa de Registro da Oferta na CVM

- (i) A Oferta está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Capitais"), nos termos do artigo 6.º da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos.

2.1.8 Registro na CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP")

- (i) As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.
- (ii) Não obstante o disposto no item (i) acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo qualificados) depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição pelo Investidor Qualificado, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, condicionado ao cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476; e observado, ainda, as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.1.9 Registro da Oferta na ANBIMA -- Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

- (i) A Oferta será registrada na ANBIMA, pelo Coordenador Líder, exclusivamente para fins de informar a base de dados, nos termos do parágrafo 1º, inciso I, e do parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", estando o referido registro condicionado à expedição, até a data de encerramento da Oferta, de diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação.

3 Objeto Social da Emissora

- 3.1 Conforme dispõe o artigo 2º de seu Estatuto Social, a Emissora tem por objeto social: (a) o comércio, a representação, a locação, a importação e a exportação de equipamentos, sistemas e softwares de telecomunicação e informática, bem como seus acessórios, partes e peças; (b) a prestação de serviços de projetos, consultoria, engenharia, suporte, gerenciamento, instalação, assistência técnica, manutenção e treinamento referente a equipamentos, sistemas e software de telecomunicação e informática; (c) a pesquisa e desenvolvimento referente a equipamentos, sistemas e software de telecomunicação e informática; (d) a prestação de serviços na área de telecomunicação; e (e) a participação no capital social de outras sociedades.

4 Da Destinação dos Recursos

- 4.1 Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da presente Emissão, serão destinados ao refinanciamento de dívidas existentes da Emissora, sendo os valores remanescentes destinados aos investimentos em bens de capital relativos a novos projetos e reforço do capital de giro da Emissora e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico, observado o disposto na Cláusula 7.1., (xxiv) abaixo.

5 Das Características da Emissão e das Debêntures

5.1 Número da Emissão

- 5.1.1 A presente Emissão representa a 5ª (quinta) emissão de debêntures da Emissora.

5.2 Número de Séries

- 5.2.1 A Emissão será realizada em série única.

5.3 Valor Total da Emissão

- 5.3.1 O valor total da emissão será de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão").

5.4 Quantidade de Debêntures

- 5.4.1 Serão emitidas 3.000 (três mil) Debêntures, sendo que eventual saldo das Debêntures, objeto de regime de melhores esforços de colocação, não colocado até a comunicação de encerramento da Oferta à CVM de que trata o artigo 8º, da Instrução CVM 476, será cancelado pela Emissora por meio de aditamento a esta Escritura, sem a necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas.

5.4.2 Observado o disposto no item 5.4.1 acima, havendo a não colocação e o consequente cancelamento do eventual saldo não colocado das Debêntures, a Emissora e o Agente Fiduciário, desde já, se obrigam, a, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de protocolo da comunicação sobre o encerramento da Oferta à CVM, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476, celebrar o aditamento de que trata o item 5.4.1 acima para refletir a quantidade de Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas nos termos desta Escritura de Emissão, e, consequentemente, para refletir o Valor Total da Emissão efetivo, observado que tal aditamento independerá da realização de Assembleia Geral de Debenturistas, ou qualquer outro ato societário da Emissora, exclusivamente para formalizar o referido aditamento.

5.5 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

5.5.1 A instituição prestadora dos serviços de banco liquidante das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante da Emissão"), cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante da Emissão na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

5.5.2 A instituição prestadora de serviços de escrituração e mandatário das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário"), cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

5.6 Valor Nominal Unitário

5.6.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"), sem prejuízo do atendimento ao disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476.

5.7 Data de Emissão

5.7.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 16 de dezembro de 2014 ("Data de Emissão").

5.8 Prazo e Data de Vencimento

5.8.1 As Debêntures terão prazo de vigência de 48 (quarenta e oito) meses contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 16 de dezembro de 2018 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido), Vencimento Antecipado, Aquisição Facultativa (conforme abaixo definida) para cancelamento da totalidade das Debêntures em Circulação e Oferta de Resgate Antecipado Total (conforme abaixo definida), nos termos das Cláusulas 5.21, 5.23, 5.24 e 5.22 abaixo, respectivamente. Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo Valor Nominal Unitário, ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definidos abaixo), dos Encargos Moratórios (conforme definidos abaixo), dos demais encargos relativos às Debêntures devidos, conforme aplicável.

[illegible]

forma nominativa e escritural, sem a emissão de

êntures

ularidade das Debêntures será comprovada pelo
o das Debêntures emitido pelo Escriturador
reconhecido como comprovante de titularidade
tronicamente na CETIP o extrato em nome do
P.

não conversíveis em ações de emissão da

e quirografária, com garantias adicionais real e

zação

Imediatamente inscritas em uma única data ("Data de integralização" poderá ocorrer em data diversa da "Data de Integralização").

o de cada Debênture será seu Valor Nominal
os Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*
até a respectiva Data de Integralização.

ênça dos atuais acionistas da Emissora na

das à vista, em moeda corrente nacional, de
mentos de liquidação financeira da CETIP.

I Unitário

Debêntures não será corrigido ou atualizado.

ntures

as ao pagamento de juros remuneratórios (trinta por cento) da variação acumulada das DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over* forma percentual ao ano, com base em 252

(duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) ("Taxas DI"), calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da Data de Emissão, ou da data do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado, Vencimento Antecipado, Amortização Antecipada Obrigatória, Oferta de Resgate Antecipado Total (conforme abaixo definida) e Amortização Programada (conforme abaixo definida), nos termos das Cláusulas 5.21, 5.23, 5.20, 5.22 e 5.19 abaixo, respectivamente, calculada de acordo com a fórmula descrita na Cláusula 5.16.2 abaixo ("Juros Remuneratórios").

- (ii) Os Juros Remuneratórios serão pagos, mensalmente, a partir da Data de Emissão até a Data de Vencimento, sendo o 1º (primeiro) pagamento devido em 16 de janeiro de 2015 e o último devido na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado, Vencimento Antecipado, Amortização Antecipada Obrigatória e Oferta de Resgate Antecipado Total, nos termos das Cláusulas 5.21, 5.23, 5.20 e 5.22 abaixo, respectivamente.
- (iii) Farão jus aos Juros Remuneratórios aqueles que forem titulares das Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à data prevista para o pagamento dos Juros Remuneratórios.

5.16.2 Forma de Cálculo dos Juros Remuneratórios

- (i) Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J = valor unitário dos juros, acumulado no período, devido na data de seu efetivo pagamento, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left(1 + TD_{I_k} \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo " n_{DI} " um número inteiro;

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até "n"; e

TDI_k = Taxa DI, de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$;

DI_k = Taxa DI, de ordem k , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

5.16.3 Para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios:

- (i) o fator resultante da expressão $1 + (TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $1 + (TDI_k)$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (iv) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

5.16.4 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

5.16.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da ciência de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula 5.16.5, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado. A Assembleia Geral de Debenturistas de que trata esta Cláusula 5.16.5 observará as regras de convocação e realização prevista na Cláusula 9 abaixo. Até a deliberação sobre o novo parâmetro a ser utilizado, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizada a última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

5.16.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 5.16.5 acima, exceto na hipótese de

impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, referida Assembleia Geral de Debituristas não mais será realizada em virtude da perda de seu objeto, com a devida comunicação pelo Agente Fiduciário aos Debituristas e à CVM, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios, sendo a última Taxa DI anteriormente divulgada a ser utilizada até data da divulgação.

5.16.7 Caso na Assembleia Geral de Debituristas de que trata a Cláusula 5.16.5 acima não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debituristas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definida), a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debituristas, pelo Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios calculado *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente.

5.16.8 A Fiadora desde já concorda com o disposto neste item 5.16, declarando que o aqui disposto não importará em novação, conforme disposto no artigo 360 e seguintes do Código Civil (conforme abaixo definido), mantendo-se a Fiança prestada nos termos desta Escritura de Emissão válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. A Fiadora desde já concorda e se obriga a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto neste parágrafo.

5.16.9 Período de Capitalização

- (i) Define-se período de capitalização ("Período de Capitalização") como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

5.17 Repactuação Programada

5.17.1 Não haverá repactuação programada das Debêntures.

5.18 Garantias: em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Emissora e pela Aynil na presente Emissão e nas CCBs, respectivamente, incluindo, mas sem limitação (a) aquelas relativas ao integral e pontual pagamento do valor total da emissão das Debêntures e das CCBs, dos juros remuneratórios das Debêntures e das CCBs, dos Encargos Moratórios, dos demais encargos relativos às CCBs e às Debêntures, estas últimas subscritas e integralizadas e não resgatadas, incluindo a remuneração dos prestadores de serviço da Emissão e das CCBs, que incluem, mas não se limitam,

conforme aplicável, ao Escriturador Mandatário, Banco Liquidante da Emissão, Banco Administrador e ao Agente Fiduciário, e dos demais encargos relativos à esta Escritura de Emissão e às CCBs, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento, na data de vencimento, ou em virtude das hipóteses de amortização, resgate antecipado, liquidação antecipada ou vencimento antecipado das Debêntures e CCBs, conforme aplicável; (b) as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Emissora e pela Aynil nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária e nos Contratos de Alienação Fiduciária, conforme aplicável; (c) obrigações relativas a quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Emissora e pela Aynil nas respectivas CCBs; e (d) as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que os Credores CCBs venham a desembolsar no âmbito da Emissão, das CCBs e/ou em virtude da constituição, manutenção e/ou realização das Garantias, conforme aplicável ("Obrigações Garantidas", em atendimento ao disposto no artigo 1.362 da Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, pela Lei n.º 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a Emissão e as CCBs contarão com as seguintes garantias reais e fidejussória:

5.18.1 Garantias Reais

- (i) **Alienação Fiduciária de Ações da Emissora:** o FIP Integra, a Annecto (FIP Integra e Annecto, em conjunto, "Alienantes"), a Planner, representando, em conjunto, os interesses dos Debenturistas e dos Credores CCBs (conforme abaixo definidos) ("Agente de Garantia"), os Credores CCBs e a Emissora, estes últimos na qualidade de intervenientes-anuentes, celebrarão o "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Alienação Fiduciária MTEL"), através do qual os Alienantes alienarão fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas e dos Credores CCBs, representados pelo Agente de Garantia, a totalidade das ações de emissão da Emissora de sua titularidade ("Ações Alienadas MTEL"), assim como todos os direitos políticos das Ações Alienadas (incluindo, sem limitação, direito de veto, deliberações em geral, convocação de assembleias, etc.) e os direitos econômicos das Ações Alienadas MTEL que incluem, mas não limitando, aos lucros, dividendos, juros sobre capital, rendimentos, distribuições, bônus ou quaisquer outros direitos econômicos com relação às Ações Alienadas MTEL ou de outra forma entregues, a qualquer título, aos Alienantes relacionados às Ações Alienadas MTEL, bem como quaisquer ativos ou direitos nos quais as Ações Alienadas MTEL sejam ou venham a ser convertidas a qualquer momento ("Direitos Econômicos Ações Alienadas MTEL"). Os demais termos e condições da Alienação Fiduciária MTEL encontram-se expressamente previstos no Contrato de Alienação Fiduciária MTEL ("Alienação Fiduciária MTEL");
- (ii) **Alienação Fiduciária de Ações da Aynil:** os Alienantes, o Agente de Garantia, os Credores CCBs e a Aynil, estes últimos na qualidade de intervenientes-anuentes, celebrarão o "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Alienação Fiduciária Aynil") e, em conjunto o Contrato de Alienação Fiduciária MTEL, "Contratos de Alienação Fiduciária"), através do qual os Alienantes alienarão fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas e dos Credores CCBs, representados pelo Agente de Garantia, a totalidade das ações de emissão da Aynil de sua titularidade ("Ações Alienadas Aynil"), assim como todos os direitos políticos das Ações Alienadas Aynil (incluindo, sem limitação, direito de veto, deliberações em geral, convocação de assembleias, etc.) e os direitos econômicos das Ações

Alienadas Aynil que incluem, mas não limitando, aos lucros, dividendos, juros sobre capital, rendimentos, distribuições, bônus ou quaisquer outros direitos econômicos com relação às Ações Alienadas ou de outra forma entregues, a qualquer título, aos Alienantes relacionados às Ações Alienadas, bem como quaisquer ativos ou direitos nos quais as Ações Alienadas sejam ou venham a ser convertidas a qualquer momento ("Direitos Econômicos Ações Alienadas Aynil" e, em conjunto com os Direitos Econômicos Ações Alienadas MTEL, "Direitos Econômicos"). Os demais termos e condições das Alienações Fiduciárias Aynil encontram-se expressamente previstos no Contrato de Alienação Fiduciária Aynil ("Alienação Fiduciária Aynil" e, em conjunto com a Alienação Fiduciária MTEL, "Alienações Fiduciárias");

- (iii) **Cessão Fiduciária de Contas Vinculadas:** a Emissora, a Aynil, os Alienantes, o Agente de Garantia, os Credores CCBs, na qualidade de intervenientes-anuentes, o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco administrador das Contas Vinculadas (conforme a seguir definidas) ("Banco Administrador"), e demais outras partes, celebrarão o "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Contas Vinculadas em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária") através do qual serão cedidos fiduciariamente, em favor dos Debenturistas e dos Credores CCBs, representados pelo Agente de Garantia todos os direitos sobre (i) os recursos depositados nas contas correntes de titularidade da Emissora e da Aynil no Itaú (conforme abaixo definido), Votorantim (conforme abaixo definido), Modal (conforme abaixo definido), Banco do Brasil (conforme abaixo definido) e Santander (conforme abaixo definido), conforme aplicável, decorrentes dos pagamentos dos contratos de prestação de serviços da Emissora e da Aynil ("Contas Recebimento Contratos de Serviço"); (ii) os recursos provenientes das Contas Recebimento Contratos de Serviços que transitarem nas contas correntes de titularidade da Emissora e da Aynil no Banco Administrador observado o valor mínimo equivalente à próxima parcela vincenda dos juros remuneratórios e da amortização das Debêntures e das CCBs ("Contas Vinculadas Contratos de Serviço"); (iii) o saldo depositado nas contas correntes de titularidade da Emissora e da Aynil no Banco Administrador, nas quais serão depositados os recursos decorrentes dos pagamentos de todos os Direitos Econômicos ("Contas Vinculadas Direitos Econômicos" e, em conjunto com as Contas Recebimento Contratos de Serviço, as Contas Vinculadas Contratos de Serviço, "Contas Vinculadas"); (iv) as Contas Vinculadas; e (v) eventuais créditos de titularidade da Emissora e da Aynil contra o Banco Administrador decorrentes de quaisquer rendimentos existentes ou que venham a existir decorrentes de aplicações financeiras do referido saldo nas Contas Vinculadas. Os demais termos e condições da Cessão Fiduciária encontram-se expressamente previstos no Contrato de Cessão Fiduciária ("Cessão Fiduciária" e, em conjunto com as Alienações Fiduciárias, "Garantias");

- (iv) **Compartilhamento das Garantias:** As Garantias são constituídas em benefício conjunto com o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), o Banco Votorantim S.A. ("Votorantim"), o Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil") e o Banco Modal S.A. ("Modal") e,

em conjunto com o Itaú, Santander, Banco do Brasil e Votorantim, "Credores CCBs") e os Debenturistas, e serão compartilhadas proporcionalmente ao saldo devedor existente com os Credores CCBs e os Debenturistas, nos mesmos termos, *pari passu* e em mesmo grau de senioridade, em decorrência da (a) Cédula de Crédito Bancário emitida pela Aynil em favor do Banco do Brasil no montante total de R\$17.000.000,00 (dezessete milhões de reais) ("CCB Banco do Brasil"); (b) da Cédula de Crédito Bancário emitida pela Emissora em favor do Itaú no montante total de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ("CCB Itaú"); (c) da Cédula de Crédito Bancário emitida pela Emissora em favor do Santander no montante total de R\$17.000.000,00 (dezessete milhões de reais) ("CCB Santander"); (d) da Cédula de Crédito Bancário emitida pela Emissora em favor do Votorantim no montante total de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) ("CCB Votorantim") e (e) da Cédula de Crédito Bancário emitida pela Emissora em favor do Modal no montante total de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) ("CCB Modal") e, em conjunto com CCB Santander, CCB Itaú, a CCB Votorantim e a CCB Votorantim, as "CCBs Mtel" e, em conjunto com a CCB Banco do Brasil, "CCBs", nos termos do "Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças" a ser celebrado entre os Credores CCB e o Agente Fiduciário, representando os interesses dos Debenturistas ("Contrato de Compartilhamento das Garantias"). Os demais termos e condições do Compartilhamento das Garantias encontram-se expressamente previstos no Contrato de Compartilhamento das Garantias ("Compartilhamento das Garantias").

5.18.2 Garantia Fidejussória

- (i) A Fiadora, neste ato, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, renunciando expressamente ao benefício de ordem, conforme descrito no item (iii) abaixo, como fiadora e principal pagadora e, solidariamente com a Emissora, como responsável pelo fiel e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, nos termos desta Escritura de Emissão ("Fiança").
- (ii) As Obrigações Garantidas serão pagas pela Fiadora, em até 5 (cinco) Dias Úteis após notificação por escrito formulada pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas à Fiadora, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão. Tal notificação deverá ser enviada pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas, respeitados os prazos de cura previstos nesta Escritura de Emissão, em até 1 (um) Dia Útil da ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura de Emissão ou quando do Vencimento Antecipado das Debêntures. O pagamento em questão deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP, segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário ou dos titulares das Debêntures.

- (iii) A Fiadora expressamente renuncia nesta Escritura de Emissão aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, 364, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").
- (iv) A Fiadora se sub-rogará nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela efetivamente honrada.
- (v) A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o completo, efetivo e irrevogável pagamento integral das Obrigações Garantidas, inclusive nos casos de prorrogação da Emissão.
- (vi) Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer das Obrigações Garantidas, principais ou acessórias, devidas pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.
- (vii) A Fiadora desde já concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por ela honrado nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores que lhes sejam devidos nos termos desta Escritura de Emissão.
- (viii) A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as Obrigações Garantidas, sendo certo que a não execução da Fiança por parte do Agente Fiduciário não ensejará, em qualquer hipótese, perda do direito de execução da Fiança pelos Debenturistas.

5.19 Amortização Programada

- 5.19.1 Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência das hipóteses de Resgate Antecipado, Vencimento Antecipado, Amortização Antecipada Obrigatória, Oferta de Resgate Antecipado Total e Aquisição Facultativa, nos termos das Cláusulas 5.21, 5.23, 5.20, 5.22 e 5.24 abaixo, respectivamente, o Valor Nominal Unitário, ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures será amortizado, mensalmente, a partir do 7º (sétimo) mês contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 16 de julho de 2015 e o último pagamento devido na Data de Vencimento, conforme tabela abaixo ("Amortização Programada"):

Datas de Amortização	Percentual do saldo do Valor Nominal Unitário a Ser Amortizado
16 de julho de 2015	2,3809%
16 de agosto de 2015	2,3809%
16 de setembro de 2015	2,3809%

16 de outubro de 2015	2,3809%
16 de novembro de 2015	2,3809%
16 de dezembro de 2015	2,3809%
16 de janeiro de 2016	2,3809%
16 de fevereiro de 2016	2,3809%
16 de março de 2016	2,3809%
16 de abril de 2016	2,3809%
16 de maio de 2016	2,3809%
16 de junho de 2016	2,3809%
16 de julho de 2016	2,3809%
16 de agosto de 2016	2,3809%
16 de setembro de 2016	2,3809%
16 de outubro de 2016	2,3809%
16 de novembro de 2016	2,3809%
16 de dezembro de 2016	2,3809%
16 de janeiro de 2017	2,3809%
16 de fevereiro de 2017	2,3809%
16 de março de 2017	2,3809%
16 de abril de 2017	2,3809%
16 de maio de 2017	2,3809%
16 de junho de 2017	2,3809%
16 de julho de 2017	2,3809%
16 de agosto de 2017	2,3809%
16 de setembro de 2017	2,3809%
16 de outubro de 2017	2,3809%
16 de novembro de 2017	2,3809%
16 de dezembro de 2017	2,3809%
16 de janeiro de 2018	2,3809%
16 de fevereiro de 2018	2,3809%
16 de março de 2018	2,3809%
16 de abril de 2018	2,3809%
16 de maio de 2018	2,3809%

16 de junho de 2018	2,3809%
16 de julho de 2018	2,3809%
16 de agosto de 2018	2,3809%
16 de setembro de 2018	2,3809%
16 de outubro de 2018	2,3809%
16 de novembro de 2018	2,3809%
16 de dezembro de 2018	Saldo do Valor Nominal Unitário

5.20 Amortização Antecipada Obrigatória

5.20.1 Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes do Resgate Antecipado, do Vencimento Antecipado, da Oferta de Resgate Antecipado Total, da Aquisição Facultativa e da Amortização Programada, nos termos das Cláusulas 5.21, 5.23, 5.22 e 5.24 abaixo, respectivamente, e 5.19 acima, a Emissora deverá, em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do encerramento de cada trimestre (sendo o primeiro trimestre contado da Data de Emissão) utilizar, no mínimo, 17,86% (dezessete inteiros e oitenta e seis centésimos por cento) do montante correspondente a 30% (trinta por cento) dos recursos recebidos ou a serem recebidos pela Aynil durante tal período, como pagamento dos contratos de prestação de serviços (Crack é Possível Vencer) ("Recursos MJ") celebrados entre a Aynil e o Ministério da Justiça em 27 de março de 2013 e 27 de junho de 2013, de nº 18/2013 e nº 58/2013, respectivamente ("Contratos MJ"), para amortizar o Valor Nominal Unitário, ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, sem o que seja devido qualquer prêmio aos Debenturistas ("Amortização Antecipada Obrigatória"), observado o limite máximo de R\$1.607.142,86 (um milhão seiscentos e sete mil cento e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos) para o total das realizações da Amortização Antecipada Obrigatória.

5.20.2 A Amortização Antecipada Obrigatória será realizada independentemente de qualquer formalidade adicional (inclusive independentemente de qualquer aditamento a esta Escritura de Emissão), mantendo-se inalteradas as datas de pagamento da Amortização Programada descritas na Cláusula 5.19 acima.

5.20.3 A Emissora deverá comunicar aos Debenturistas, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 5.26 abaixo ou por meio de comunicado individual a ser encaminhado pela Emissora a cada um dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, a CETIP e o Banco Liquidante da Emissão, acerca da realização da Amortização Antecipada Obrigatória, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data da Amortização Antecipada Obrigatória.

5.21 Resgate Antecipado

5.21.1 Resgate Antecipado Obrigatório

Sem prejuízo do disposto no item 5.20 acima, caso o percentual dos Recursos MJ seja suficiente para o pagamento total do saldo do Valor Nominal Unitário e dos Juros Remuneratórios devidos, calculados *pro rata temporis* desde a data do último pagamento dos Juros Remuneratórios até a data do efetivo pagamento do

Contrato MJ, a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, sem que seja devido qualquer prêmio aos Debenturistas ("Resgate Antecipado Obrigatório"), observado o disposto no item 5.21.3 abaixo, conforme aplicável.

5.21.2 Resgate Antecipado Facultativo

A Emissora poderá, a qualquer tempo, resgatar antecipadamente parte ou a totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo" e, em conjunto com o Resgate Antecipado Obrigatório, "Resgate Antecipado"), observado o disposto no item 5.21.3 abaixo, conforme aplicável.

5.21.3 O Resgate Antecipado estará sujeito ao atendimento das seguintes condições, conforme aplicáveis:

- (i) a Emissora deverá comunicar aos Debenturistas, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 5.26 abaixo ou por meio de comunicado individual a ser encaminhado pela Emissora a cada um dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, a CETIP, o Banco Liquidante da Emissão e o Escriturador Mandatário, acerca da realização do Resgate Antecipado, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data do Resgate Antecipado. Tal comunicado deverá conter os termos e condições do Resgate Antecipado, que incluem, mas não se limitam a: (i) data efetiva para o Resgate Antecipado e o pagamento do Valor do Resgate Antecipado Obrigatório (conforme definido no item (ii) abaixo) e do Valor do Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido no item (iii) abaixo) que, em ambos os casos, deverá ocorrer no prazo de, no máximo, 10 (dez) dias contados da data da Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório; (ii) o Valor do Resgate Antecipado Obrigatório e o Valor do Resgate Antecipado Facultativo, conforme o caso; (iii) no caso do Resgate Antecipado Facultativo, se será total ou parcial; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado ("Comunicação de Resgate Antecipado");
- (ii) o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures será equivalente: (a) ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a data do último pagamento dos Juros Remuneratórios até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Obrigatório; e (b) os Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso ("Valor do Resgate Antecipado Obrigatório");
- (iii) o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo será equivalente (a) ao Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados, *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo; (b) um prêmio incidente sobre o valor indicado no subitem (a) acima, conforme a tabela abaixo ("Prêmio"); e (c) dos Encargos Moratórios

devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo"); e

Período do Resgate	Prêmio
Desde o desembolso, até o 1º ano	1,15%
2º ano	0,95%
3º ano	0,85%
4º ano	0,80%

- (iv) no caso do Resgate Antecipado Facultativo, caso a Emissora opte pelo Resgate Antecipado Facultativo parcial das Debêntures, então o resgate será feito mediante sorteio, nos termos do artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações, coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido em Assembleia Geral de Debenturistas a ser convocada pelo Agente Fiduciário para deliberar sobre os critérios aplicáveis, observado, para tanto, o disposto no item 5.21.4 abaixo.

5.21.4 Caso (i) por qualquer razão, não haja a realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item (iv) da Cláusula 5.21.3 acima, ou (ii) ainda que havendo a referida Assembleia Geral de Debenturistas, não haja acordo acerca dos critérios para realização do sorteio, o sorteio relativo ao referido resgate parcial será realizado pelo Agente Fiduciário, utilizando-se para tanto as práticas usuais de mercado.

5.21.5 No caso do Resgate Antecipado Facultativo parcial mencionado no item (iv) da Cláusula 5.21.3 acima, de acordo com os procedimentos da CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

5.21.6 O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente, com relação às Debêntures (a) que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais e normas da CETIP; e (b) que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriturador Mandatário.

5.22 Oferta de Resgate Antecipado Total

5.22.1 A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, mediante deliberação de seus órgãos societários competentes, oferta facultativa de resgate antecipado total das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta de Resgate Antecipado Total");

- 5.22.2 A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado Total por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 5.26 acima ou por meio de comunicado individual a ser encaminhado pela Emissora a cada um dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário ("Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado Total"), o Banco Liquidantes da Emissão o Escriturador Mandatário e à CETIP com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data do resgate antecipado em questão, a qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado Total, (a) o valor do prêmio de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo; (b) a forma de manifestação, à Emissora, pelos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado Total; (c) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado Total, que será a mesma para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado Total e que deverá ocorrer no prazo de, no mínimo, 10 (dez) dias contados da data da Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado Total; e (d) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado Total;
- 5.22.3 A Emissora deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado Total, confirmar ao Agente Fiduciário a realização ou não do resgate antecipado, conforme os critérios estabelecidos na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado Total, sendo certo que, não havendo a adesão de Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em Circulação, a Emissora não realizará a Oferta de Resgate Antecipado Total; e (b) com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado, comunicar à CETIP, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com o "de acordo" do Agente Fiduciário;
- 5.22.4 O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado Total será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (a) dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo;
- 5.22.5 O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado Total será realizado nos termos da Cláusula 5.22 acima; e
- 5.22.6 O resgate antecipado, com relação às Debêntures (a) que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais e normas da CETIP; e (b) que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriturador Mandatário.

5.23 Vencimento Antecipado das Debêntures

5.23.1 Observado o disposto nas Cláusulas 5.23.2 e 5.23.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes da Emissão e das Debêntures, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("Vencimento Antecipado") e cada uma das hipóteses, uma "Hipótese de Vencimento Antecipado");

- (i) inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Fiadora e/ou pelos Alienantes, de qualquer obrigação pecuniária decorrente desta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Alienação Fiduciária e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, incluindo-se, mas não se limitando, àquelas referentes ao pagamento do Valor Nominal Unitário e Juros Remuneratórios pactuados com relação às Debêntures, conforme aplicável, não sanado em até 1 (um) Dia Útil contado do respectivo inadimplemento;
- (ii) inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Fiadora e/ou pelos Alienantes de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Alienação Fiduciária e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, conforme aplicável, que, caso não haja outro prazo de cura específico, não seja sanado no prazo de até 8 (oito) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de comunicação enviada pelo Agente Fiduciário ou por qualquer Debenturista acerca do respectivo inadimplemento, ou da data de comunicação pela Emissora ao Agente Fiduciário, o que ocorrer primeiro;
- (iii) transferência do controle societário direto e/ou indireto da Emissora para um terceiro, considerando-se que, para fins da presente Escritura de Emissão, o conceito de "controle" terá a concepção que lhe é atribuída no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iv) não destinação, pela Emissora, dos recursos líquidos captados com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 4 desta Escritura de Emissão;
- (v) declaração judicial ou arbitral de invalidade, nulidade ou inexecutabilidade dos termos desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Alienação Fiduciária e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária de qualquer documento relacionado à Emissão e à Oferta;
- (vi) questionamento judicial, pela Emissora e/ou pelos Alienantes e/ou pela Fiadora, qualquer de suas controladoras, controladas ou coligadas, desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Alienação Fiduciária, do Contrato de Cessão Fiduciária e/ou de qualquer documento relacionado à Emissão e à Oferta de que sejam parte, considerando-se que, para fins da presente Escritura de Emissão, o conceito de "controle" terá a concepção que lhe é atribuída no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- (vii) obtenção de medida judicial, ainda que em caráter provisório ou preliminar, por qualquer pessoa não mencionada na alínea (vi)

acima, que comprometa o pagamento ou o cumprimento das obrigações decorrentes das Debêntures, não sanado no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da ocorrência do fato que gerou a obtenção de tal medida judicial;

- (viii) cessão, promessa de cessão, qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora e/ou pela Fiadora e/ou pelos Alienantes, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Alienação Fiduciária e do Contrato de Cessão Fiduciária e/ou de qualquer documento relacionado à Emissão e à Oferta que sejam parte, sem a prévia anuência, por escrito, de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação;
- (ix) (1) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou da Fiadora e/ou dos Alienantes, exceto se referida liquidação, dissolução ou extinção se enquadrar na exceção estabelecida na alínea (a) do item "(xi)" abaixo; (2) decretação de falência da Emissora e/ou da Fiadora e/ou dos Alienantes; (3) pedido de autofalência da Emissora e/ou da Fiadora e/ou dos Alienantes; (4) pedido de falência da Emissora e/ou da Fiadora e/ou dos Alienantes, formulado por terceiros e não contestado devidamente no referido prazo legal; ou (5) pedido, pela Emissora e/ou da Fiadora e/ou dos Alienantes, de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente do deferimento de tal pedido;
- (x) transformação da Emissora, nos termos dos artigos 220 e 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xi) cisão, fusão, incorporação (incluindo-se incorporação de ações) ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou da Fiadora e/ou dos Alienantes, exceto:
 - (a) se previamente autorizada pelos Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação;
 - (b) se, exclusivamente, no caso de cisão, fusão ou incorporação da Emissora e/ou da Fiadora e/ou dos Alienantes, previamente autorizada pelos Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, tiver sido assegurado aos Debenturistas, durante o prazo mínimo de 30 (trinta) Dias Úteis anteriores à data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de sua titularidade, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento de Juros Remuneratórios

imediatamente anterior à data do efetivo pagamento, acrescido do Prêmio;

- (c) pela incorporação, pela Emissora e/ou e/ou pela Fiadora e/ou pelos Alienantes (de modo que a Emissora e/ou a Fiadora e/ou os Alienantes sejam a incorporadora), de qualquer dos Alienantes ou de ações de emissão de qualquer controlada dos Alienantes, conforme aplicável; e
 - (d) pela eventual fusão entre a Emissora e a Fiadora.
- (xii) amortização de ações de emissão da Emissora e da Fiadora ou reembolso de ações de acionistas da Emissora e da Fiadora, nos termos no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, que representem mais de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Emissora e da Fiadora e/ou que tal valor somado à distribuição ou pagamento, pela Emissora em conjunto com a Fiadora, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Emissora em conjunto com a Fiadora represente mais de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Emissora em conjunto com a Fiadora apurado no exercício (tendo por base as demonstrações financeiras anuais auditadas da Emissora consolidadas com as demonstrações financeiras da Fiadora), exceto se previamente autorizado por titulares das Debêntures representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação ou se referida amortização ou reembolso se der em decorrência da realização de quaisquer das transações permitidas nos subitens (a) a (c) do item (xi) acima;
 - (xiii) alteração do objeto social da Emissora e da Fiadora, conforme disposto em seu Estatuto Social vigente, exceto se (1) previamente autorizado por titulares das Debêntures representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação; ou (2) não resultar em alteração da atividade principal da Emissora;
 - (xiv) se quaisquer das declarações prestadas pela Emissora e/ou pela Fiadora e/ou pelos Alienantes nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Alienação Fiduciária e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária e/ou de qualquer documento relacionado à Emissão e à Oferta de que sejam parte, forem consideradas falsas;
 - (xv) se quaisquer das declarações prestadas pela Emissora e/ou pela Fiadora e/ou pelos Alienantes nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Alienação Fiduciária e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, conforme aplicável, forem consideradas incorretas, em qualquer aspecto;
 - (xvi) inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, ou vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora e/ou pela Fiadora ou obrigação pecuniária com instituição financeira;

- (xvii) inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, ou vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora e/ou da Fiadora ou obrigação pecuniária decorrente de operação de mercado de capitais em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- (xviii) protesto de títulos contra a Emissora e/ou pela Fiadora em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data do protesto, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que: (1) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido tomada medida judicial adequada para anulação, cancelamento ou sustação de seus efeitos; (2) o protesto foi cancelado; (3) o valor dos títulos protestados foi depositado em juízo; ou (4) o montante protestado foi devidamente pago pela Emissora e/ou pela Fiadora;
- (xix) não cumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral ou administrativa de que não caiba recurso contra a Emissora;
- (xx) descumprimento, pela Emissora, dos seguintes índices e limites financeiros ("Índices Financeiros"), acompanhados semestralmente pelo Agente Fiduciário, a serem calculados pela Emissora, e apurados e revisados anualmente pelos auditores contratados pela Emissora, com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora, ao final de cada semestre, a partir de 31 de dezembro de 2014, em até 15 (quinze) dias corridos após a divulgação das respectivas demonstrações financeiras, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:
- A Dívida Bruta (conforme definida abaixo) não poderá ultrapassar o limite máximo de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) para o período apurado em 31 de dezembro de 2014;
 - O índice obtido da divisão da Dívida Líquida Financeira pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não poderá ser superior (i) 3,0 vezes para o período de junho de 2015; (ii) a 2,75 vezes a partir de dezembro de 2015 e (iii) a 2,5 vezes a partir de junho de 2016, apurados semestralmente;

Onde:

"Dívida Financeira Bruta" significa o somatório da Dívida (conforme abaixo definida) da Emissora e da Aynil ("Grupo Mtel") e em base consolidada de acordo com o resultado semestral contábil mais recente;

"Dívida Financeira Líquida" significa o somatório da Dívida do Grupo Mtel e em base consolidada de acordo com o resultado semestral contábil mais recente menos o caixa e aplicações financeiras;

"Dívida" significa o somatório de (a) todas as obrigações do Grupo Mtel por fundos tomados em empréstimo ou em relação a depósitos ou adiantamento de qualquer tipo, (b) todas as obrigações do Grupo Mtel evidenciadas por títulos, debêntures, notas, contratos derivativos (e que não sejam celebrados para fim de proteção de flutuação de taxas de

juros, moedas, inflação (ou preço de energia), ou instrumentos similares; (c) todas as dívidas de terceiros garantidas por (ou em relação a qual o titular da dívida tenha um direito, seja condicional ou não, de ser garantido) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos pelo Grupo Mtel, tenha ou não a dívida garantida sido assumida; (d) todas as obrigações relativas a arrendamentos mercantis do Grupo Mtel; (e) todas as obrigações, condicionais ou não, do Grupo Mtel na qualidade de parte de cartas de crédito, cartas de garantia e/ou avais; e (f) todas as obrigações, condicionais ou não, do Grupo Mtel em relação a aceites bancários;

"EBITDA" significa o somatório dos últimos doze meses do resultado operacional antes das receitas e despesas financeiras, (+/-) Depreciações e Amortizações (+/-) Receitas / Despesas Não Recorrentes, conforme apontadas pelo auditor/revisor independente da Emissora;

- (xxi) distribuição ou pagamento, pela Emissora e da Fiadora, de, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Emissora e da Fiadora, dividendos, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do Estatuto Social vigente da Emissora e da Fiadora, sendo certo que o valor distribuído a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas não deverá ultrapassar o mínimo legal, 25% (vinte e cinco inteiros por cento) do lucro líquido apurado no exercício;
- (xxii) contração, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de novos financiamentos, por meio de operações de mercado de capitais, seja no mercado local ou internacional, contratação de mútuos ou qualquer outro tipo de financiamento com partes relacionadas ou qualquer instituição financeira, desde que a tais financiamentos respeitem os limites dos Índices Financeiros, conforme descritos na alínea (xx) acima;
- (xxiii) vedação de contração/concessão de mútuos e transação com partes relacionadas, exceto aqueles realizados entre a Emissora e a Fiadora;
- (xxiv) redução de capital social da Emissora e/ou da Fiadora, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (xxv) com relação a quaisquer das Ações Alienadas e/ou das Contas Vinculadas e/ou a qualquer dos direitos a estes inerentes, nos termos dos Contratos de Alienação Fiduciária e do Contrato de Cessão Fiduciária, respectivamente, rescisão, distrato, aditamento

ou qualquer forma de alteração, cessão, venda, alienação, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, instituição de usufruto ou fideicomisso, endosso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer Ônus (assim definido como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima ("Ônus")) (exceto pelas Alienações Fiduciárias e pela Cessão Fiduciária), em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico;

- (xxvi) não atendimento, após decorridos eventuais prazos de cura previstos nos Contratos de Alienação Fiduciária e no Contrato de Cessão Fiduciária, às obrigações de reforço e/ou aos limites, percentuais e/ou valores das Alienações Fiduciárias e da Cessão Fiduciária, respectivamente;
- (xxvii) realização da Amortização Antecipada Obrigatória em montante inferior ao Valor da Amortização Antecipada Obrigatória, conforme indicado na Notificação, assim como o não envio da Notificação em atendimento ao disposto no item 7.1. (xxiii) abaixo;
- (xxviii) perda, cancelamento, revogação, suspensão ou não renovação de qualquer autorização, alvará, permissão, concessão ou licença, inclusive ambiental, exigida para a manutenção do exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou pela Fiadora, não sanada no prazo de 5 (cinco) dias contados da data em que a Emissora e/ou o Avalista tomarem ciência de tal perda;
- (xxix) constituição de qualquer Ônus sobre ativo(s) da Emissora e/ou da Fiadora e/ou dos Alienantes, exceto se previamente autorizado por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xxx) desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Emissora e/ou pela Fiadora, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta de parte substancial de seus ativos;
- (xxxi) atuação da Emissora e/ou da Fiadora em desconformidade com as disposições da Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013 ("Lei Anticorrupção"), do Foreign Corrupt Practices Act ("FCPA") e do UK Bribery Act ("UKBA"), no que for aplicável apurada através de sentença judicial transitada em julgado; e
- (xxxii) vencimento antecipado das obrigações da Emissora e/ou da Aynil decorrentes das CCBs MTEL e da CCB Banco do Brasil, respectivamente.

- 5.23.2 Havendo qualquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado previstas nas alíneas (i), (v), (vi), (viii), (ix), (x), (xi), (xii), (xiii), (xiv), (xvi), (xix), (xxii), (xxiv), (xxvi), (xxvii), (xxviii), (xxix) e (xxxii) acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.
- 5.23.3 Ocorrendo quaisquer das demais Hipóteses de Vencimento Antecipado, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário ou por qualquer dos Debenturistas, dentro de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência de referida hipótese, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual não decretação do Vencimento Antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
- 5.23.4 As Debêntures não serão declaradas vencidas antecipadamente se, na Assembleia Geral de Debenturistas referida acima, os Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação deliberarem pelo não Vencimento Antecipado das Debêntures.
- 5.23.5 Caso, uma vez instalada a Assembleia Geral de Debenturistas, o *quorum* de deliberação referido no parágrafo anterior não seja atingido, ou caso não haja instalação da Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, por falta de *quorum* de instalação, as Debêntures serão consideradas antecipadamente vencidas.
- 5.23.6 Havendo o Vencimento Antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a pagar o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a data do efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures, sob pena de incidência dos Encargos Moratórios e Multa previstos nesta Escritura de Emissão. O Agente Fiduciário deverá imediatamente comunicar à CETIP sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o que deverá ocorrer com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência à data do pagamento.
- 5.23.7 Caso os recursos recebidos na ocorrência de Vencimento Antecipado das Debêntures não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações relativas às Debêntures, tais recursos deverão ser aplicados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (a) quaisquer valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, que não sejam os valores a que se referem os subitens (b) e (c) a seguir; (b) os Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, e demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão; e (c) o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso. A Emissora permanecerá responsável pelo saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiver sido pago, sem prejuízo dos encargos incidentes, enquanto não for pago, declarando a Emissora, neste ato, se tratar de dívida líquida e certa, passível de cobrança por meio de processo de execução judicial.

5.24 Aquisição Facultativa

5.24.1 É facultado à Emissora, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 2.1.8(ii) acima, adquirir as Debêntures em Circulação no mercado, por preço não superior ao de seu Valor Nominal Unitário, ou por preço superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras expedidas pela CVM nesse sentido e conforme o disposto no parágrafo 3.º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios e Multa, se for o caso. As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 5.24.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação ("Aquisição Facultativa").

5.25 Condições de Pagamento

5.25.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

- (i) Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede do Banco Liquidante da Emissão; ou (b) pela instituição financeira contratada para este fim, conforme o caso.
- (ii) Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante da Emissão, com cópia para a Emissora, até 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor:
 - (a) O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 5.25.1 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender às condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante da Emissão e ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante da Emissão, Escriturador Mandatário ou pela Emissora.
 - (b) Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 5.25.1. acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória

contra a Emissora, o Banco Liquidante da Emissão ou o Escriturador Mandatário por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

5.25.2 Prorrogação dos Prazos

- (i) Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo, ou, ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriados declarados nacionais.

5.25.3 Encargos Moratórios e Multa

Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo imp pontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento), ambos sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios e Multa").

5.25.4 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

- (i) Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.25.3 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de imp pontualidade no pagamento.

5.26 Publicidade

- 5.26.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOESP e no jornal DC, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário qualquer publicação, na data da sua realização.

5.27 Aditamentos à esta Escritura de Emissão

5.27.1 Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pelas Partes, e, posteriormente, inscritos na JUCESP e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Barueri e de São Paulo, Estado de São Paulo, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações e com o disposto nos artigos 129 e 130, da Lei de Registros Públicos, respectivamente, sendo que a Emissora entregará uma via original arquivada desta Escritura de Emissão ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias a contar após da data do respectivo registro. Adicionalmente, uma cópia dos respectivos aditamentos, devidamente inscritos na JUCESP, deverão ser encaminhadas a CETIP em até 5 (cinco) Dias Úteis da data do efetivo registro na JUCESP.

6 Das Características da Oferta

6.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta"), sob o regime de melhores esforços de colocação, tendo como público alvo Investidores Qualificados, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, sob Regime de Melhores Esforços de Colocação, da Quinta (5ª) Emissão Pública da Mtel Tecnologia S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder.

6.2 O Coordenador Líder organizará a distribuição e colocação das Debêntures, observado disposto na Instrução CVM 476, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos Investidores Qualificados seja justo e equitativo; e (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos Investidores Qualificados, mediante os seguintes termos:

- (i) Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), serão considerados investidores qualificados para os fins da Oferta: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados, sem prejuízo do disposto no inciso (iii), item (ii) abaixo; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios ("Investidores Qualificados");
- (ii) O Coordenador Líder poderá, no contexto dos esforços restritos de colocação das Debêntures, acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados; e
- (iii) Os fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão

considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos no item (ii) acima, conforme disposto no artigo 3º, parágrafo 1º, da Instrução CVM 476; (ii) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados, conforme disposto no artigo 4º, inciso I, da Instrução CVM 476; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso (i), item (iv) acima, deverão subscrever, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476.

- 6.3** Cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão.
- 6.4** Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.
- 6.5** Os Investidores Qualificados deverão assinar "Declaração de Investidor Qualificado" atestando, dentre outros, estarem cientes de que (i) a Oferta não foi registrada na CVM, e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável.

7 Das Obrigações Adicionais da Emissora e da Fiadora

- 7.1** Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor, nos Contratos de Alienação Fiduciária e no Contrato de Cessão Fiduciária, conforme aplicável, a Emissora e a Fiadora obrigam-se a, conforme aplicável:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a) no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de término de cada exercício social e a data da efetiva divulgação, cópia, em meio eletrônico, (i) das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Mtel, completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas do relatório da administração e do parecer ou relatório, conforme o caso, dos auditores independentes; (ii) relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, calculados pela Emissora e auditados pelos auditores independentes contratados pela Emissora, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias à apuração de tais Índices Financeiros sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes da Emissora os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários (iii) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu Estatuto Social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão, (b) acerca da não ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas, (c) que não foram praticados atos em desacordo com o Estatuto Social da Emissora; e, (d) a veracidade do cálculo da apuração dos Índices Financeiros;

- (b) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de término de cada semestre de seu exercício social (exceto pelo último trimestre de seu exercício social) e a data da efetiva divulgação, cópia, em meio eletrônico, (a) de suas demonstrações financeiras, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, assinadas pelo presidente e pelo contador da Emissora;
- (c) em até 2 (dois) Dias Úteis, independente de notificação pelo Agente Fiduciário, (1) informações ou documentos a respeito da ocorrência do inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Aynil e/ou pelos Alienantes, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Alienação Fiduciária, no Contrato de Cessão Fiduciária e/ou de qualquer documento relacionado à Emissão e à Ofertade que sejam parte; e/ou de Hipótese de Vencimento Antecipado; ou (2) informações a respeito da ocorrência de qualquer outro evento que possa ter (i) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais ou nas perspectivas da Emissora e/ou da Fiadora; ou (ii) qualquer efeito adverso na capacidade da Emissora e/ou da Aynil e/ou dos Alienantes de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária, nos Contratos de Alienação Fiduciária e/ou de qualquer documento relacionado à Emissão e à Ofertade de que sejam parte (em conjunto os itens (i) e (ii), "Efeito Adverso Relevante");
- (d) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, resposta a eventuais dúvidas do Agente Fiduciário e/ou dos Debenturistas sobre qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, salvo se houver determinação legal ou administrativa para que referidas informações sejam fornecidas em menor prazo; e
- (e) informações a respeito da ocorrência de qualquer evento em decorrência do qual as demonstrações financeiras da Emissora deixem de refletir a real condição econômica e financeira da Emissora, no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data da ocorrência de tal fato;
- (ii) não divulgar ao público informações referentes à Emissora e à Emissão em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");
- (iii) cumprir com todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Alienação Fiduciária, do Contrato de Cessão Fiduciária e/ou de qualquer documento relacionado à Emissão e à Ofertade de que sejam parte, especialmente aquelas relacionadas à Instrução CVM 476 e ao disposto no artigo 48 da Instrução CVM 400, com exceção do inciso III;
- (iv) cumprir as leis, os regulamentos, as normas administrativas e as determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (v) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações, alvarás, permissões, concessões e licenças, inclusive as ambientais,

necessárias para a manutenção do regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora;

- (vi) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Alienação Fiduciária do Contrato de Cessão Fiduciária e/ou de qualquer documento relacionado à Emissão e à Oferta de que sejam parte ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas, conforme aplicável;
- (vii) manter livros de registro contábeis adequados, nos quais lançamentos completos e corretos sejam feitos de todas as negociações e operações relativas a seus respectivos negócios e atividades;
- (viii) manter, às suas expensas, as Debêntures registradas na CETIP para negociação no mercado secundário até Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses Vencimento Antecipado, Aquisição Facultativa para cancelamento da totalidade das Debêntures em Circulação, e Oferta de Resgate Antecipado Total, nos termos das Cláusulas 5.23., 5.24 e 5.22 acima, respectivamente;
- (ix) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços relativos às obrigações da Emissora e dos Alienantes previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária, nos Contratos de Alienação Fiduciária e no Contrato de Compartilhamento de Garantias, conforme aplicável, incluindo, mas não se limitando, o Agente Fiduciário, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante da Emissão, o Banco Administrador, e a CETIP;
- (x) efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas razoáveis e devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, sendo que as despesas individuais acima de R\$10.000,00 (dez mil reais reais) ou as despesas mensais agregadas acima de R\$10.000,00 (dez mil reais reais) devem ser, sempre que possível, previamente acordadas com a Emissora, sem que isso venha a implicar, entretanto, em cerceamento dos direitos dos Debenturistas, de qualquer forma;
- (xi) notificar, em até 1 (um) Dia Útil, ao Agente Fiduciário acerca da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas pela Emissora;
- (xii) convocar, em até 1 (um) Dia Útil, Assembleia Geral para deliberar sobre quaisquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário não o faça nos termos, prazos e condições estabelecidos no âmbito da presente Escritura de Emissão;
- (xiii) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitado;
- (xiv) se obriga, desde já, a enviar ao Agente Fiduciário os atos societários, dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no Inciso (xv) da Cláusula 8.4 abaixo, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na Inciso (xvi) da Cláusula 8.4 abaixo;

- (xv) a Emissora obriga-se a notificar, em até 3 (três) dias a contar da sua ciência, ao Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se falsas, inconsistentes, incorretas e/ou insuficientes, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 476;
- (xvi) certificar-se de que os Alienantes mantenham alienadas fiduciariamente as Ações Alienadas, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário;
- (xvii) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham incidir sobre a Emissão e que sejam de sua responsabilidade, inclusive em relação a eventuais taxas que venham eventualmente a ser exigidas pela CVM em razão da Emissão;
- (xviii) apresentar a presente Escritura de Emissão, e eventuais aditamentos, para registro na JUCESP e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e entregar, ao Agente Fiduciário, uma via original da presente Escritura de Emissão, e seus eventuais aditamentos, devidamente inscritos na JUCESP e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, tempestivamente após o referidos registros, nos termos e prazos previstos na Cláusula 2.1.2. acima;
- (xix) apresentar o Contrato de Cessão Fiduciária, os Contratos de Alienação Fiduciária e Contrato de Compartilhamento de Garantias, e eventuais aditamentos, para registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, respectivamente, e entregar, ao Agente Fiduciário, uma via original dos Contratos de Garantia, e seus eventuais aditamentos, devidamente registrados nos referidos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, tempestivamente após o referidos registros, nos termos e prazos previstos nas Cláusulas 2.1.4 e 2.1.3. acima;
- (xx) cumprir com todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Alienação Fiduciária e do Contrato de Cessão Fiduciária e/ou de qualquer documento relacionado à Emissão e à Oferta de que sejam parte;
- (xxi) sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476, a Emissora obriga-se a:
- (a) preparar as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - (b) submeter as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
 - (f) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
 - (c) por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados no subitem (iii) acima em sua página na Internet;
 - (d) observar as disposições da Instrução CVM 358 no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;

- (e) divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal ato ou fato relevante imediatamente ao Agente Fiduciário e ao Coordenador Líder; e
- (f) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.
- (xxii) não realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xxiii) na mesma data de realização da Amortização Antecipada Obrigatória, informar ao Agente Fiduciário, por meio físico ou eletrônico, o Valor Amortização Antecipada Obrigatória, nos termos do modelo da notificação a que se refere o Anexo I desta Escritura de Emissão ("Notificação"); e
- (xxiv) em até 1 (um) Dia Útil da data da utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos da Emissão, independentemente de solicitação pelo Agente Fiduciário, fornecer ao Agente Fiduciário informações ou documentos a respeito da utilização gradual ou integral de tais recursos, conforme disposto na Cláusula 4 acima;

7.2 Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, as obrigações adicionais da Fiadora são as listadas a seguir:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário, em até 1 (um) Dia Útil após sua ciência, informações ou documentos a respeito da ocorrência de Hipótese de Vencimento Antecipado;
- (ii) cumprir as leis, os regulamentos, as normas administrativas e as determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e judicial competentes;
- (iii) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, necessárias para a manutenção do regular exercício de suas atividades, se houver;
- (iv) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as suas obrigações aqui previstas, se houver;
- (v) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as garantias prestadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (vi) não agir em desconformidade com as disposições da Lei Anticorrupção, do FCPA e do UKBA, no que for aplicável, bem como das demais leis anticorrupção dos países em que desenvolve suas atividades; e

realizar pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de notificação neste sentido, conforme cláusula 5.18.2(ii) acima.

e neles previstas, não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

- (xii) inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM 28;
- (xiii) verificou a veracidade das declarações e informações prestadas pela Emissora, unicamente por meio das informações fornecidas por esta, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, em relação as quais os Debenturistas, ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures, declaram-se cientes e de acordo; e
- (xiv) as pessoas que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Alienação Fiduciária, do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Compartilhamento de Garantias têm poderes bastantes para tanto.

8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Alienação Fiduciária, do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Compartilhamento de Garantias, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Alienação Fiduciária, do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Compartilhamento de Garantias inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora e dos Alienantes nos termos desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Alienação Fiduciária, do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Compartilhamento de Garantias sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição, conforme Cláusula 8.3 abaixo.

8.3 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora ou por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures, ou pela CVM.

8.3.1 Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário.

8.3.2 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, solicitando sua substituição.

8.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo da distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu

substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

- 8.3.4 A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, fica sujeita à (a) comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8.º da Instrução CVM 28 e (b) eventuais normas posteriores.
- 8.3.5 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão que deverá ser inscrita na JUCESP, e aos Contratos de Alienação Fiduciária, ao Contrato de Cessão Fiduciária e ao Contrato de Compartilhamento de Garantias, e que deverão ser registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, nos termos e prazos previstos nas Cláusulas 2.1.4 e 2.1.3. acima, respectivamente.
- 8.3.6 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura de Emissão e a legislação em vigor.
- 8.3.7 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, tal substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função enquanto agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.
- 8.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.
- 8.4 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Alienação Fiduciária, no Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Compartilhamento de Garantias, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens e negócios;
 - (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
 - (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Alienação Fiduciária, no Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Compartilhamento de Garantias, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
 - (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Alienação Fiduciária, do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Compartilhamento de Garantias, às expensas da Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes,

sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;

- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando aos Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) verificar a regularidade da constituição das Garantias, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (ix) examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, quando esta estiver autorizada por esta Escritura de Emissão, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- (x) intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (xi) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (xii) solicitar, quando considerar necessário para o exercício de suas funções, de forma justificada e dentro dos limites da razoabilidade, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xiii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 9 desta Escritura de Emissão;
- (xiv) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xv) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1.º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, amortização do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
- (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Alienação Fiduciária, no Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Compartilhamento de Garantias e nos demais documentos da Oferta, conforme aplicável;
- (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões, conforme previsto no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e
- (k) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Aliações Fiduciárias e/ou da Cessão Fiduciária;
- (xvi) colocar o relatório de que trata o item (xv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
- (b) na sede do Agente Fiduciário;
- (c) na CVM;
- (d) na CETIP; e
- (e) no endereço do Coordenador Líder;
- (xvii) publicar, às expensas da Emissora, comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xvi) acima;
- (xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante da Emissão, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante da Emissão, o Escriturador Mandatário e a CETIP a divulgarem, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação dos Debenturistas;
- (xix) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Alienação Fiduciária, do Contrato de Cessão Fiduciária e do

Contrato de Compartilhamento de Garantias, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informando prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;

- (xx) notificar aos Debenturistas, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, acerca da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, nos Contratos de Alienação Fiduciária, no Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Compartilhamento de Garantias, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xxi) acompanhar o, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, junto a Emissora, disponibilizando aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou website; verificar, mediante o recebimento da Notificação, na mesma data do referido recebimento, se os recursos utilizados para a realização da Amortização Antecipada Obrigatória são equivalentes ao Valor Amortização Antecipada Obrigatória, conforme indicado na Notificação em questão.

8.5 O Agente Fiduciário se utilizará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Alienação Fiduciária, do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Compartilhamento de Garantias:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) observadas as disposições desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Alienação Fiduciária, do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Compartilhamento de Garantias, executar as Alienações Fiduciárias e a Cessão Fiduciária, aplicando o produto da execução em questão no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência, nos termos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis, da Emissora;
- (iv) tomar todas as providências para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial e/ou insolvência da Emissora.

8.6 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.5, itens (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, estes assim o autorizar(em), por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 8.5, item (v) acima.

8.7 Será devido ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Alienação Fiduciária, do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Compartilhamento de Garantias o correspondente a uma remuneração anual de R\$10.000,00 (dez mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após a Emissão, e os demais pagamentos nas mesmas datas dos anos subsequentes, até a Data de Vencimento ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas.

8.7.1 As parcelas citadas na Cláusula 8.7 acima serão reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA/IBGE") ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro-rata die*, se necessário.

8.7.2 As parcelas citadas no item acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto sobre a Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.7.3 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IPCA/IBGE, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.7.4 A remuneração será devida mesmo após a Data de Vencimento, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora e não inclui o pagamento de honorários a terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

8.7.5 Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características e/ou garantias da Emissão facultarão ao Agente Fiduciário, em comum e prévio acordo com a Emissora, a revisão dos honorários acima dispostos.

8.7.6 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que as despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, as quais serão consideradas aprovadas caso a Emissora não se manifeste no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário.

8.7.7 O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em 10 (dez) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.7.8 As remunerações não incluem as despesas com viagens, alimentação, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora,

sempre que possível, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento da Emissora. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da presente operação, serão suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser adiantadas pelos Debenturistas.

- 8.7.9** No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas e razoáveis. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.
- 8.7.10** As despesas a que se refere esta Cláusula 8.7.8 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas razoavelmente e de forma comprovada com: (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; (ii) extração de certidões; (iii) fotocópias, digitalizações, envio de documentos; (iv) locomoções entre Estados da Federação, alimentação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; (v) custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão; e (vi) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.
- 8.7.11** O Agente Fiduciário compromete-se a agir em conformidade com as instruções transmitidas pelos Debenturistas, não podendo ser responsabilizado pelos prejuízos decorrentes do estrito cumprimento das orientações destes, salvo nos casos em que os prejuízos aos Debenturistas forem causados por culpa ou dolo do Agente Fiduciário no exercício de suas funções, nos termos dos artigos 68, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, e 17 da Instrução CVM 28.

9 Da Assembleia Geral de Debenturistas

- 9.1** Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

- 9.2 As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, conforme o caso, ou pela CVM.
- 9.3 A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 9.4 A primeira convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas deverá ser realizada com antecedência mínima de 8 (oito) dias corridos de sua realização.
- 9.5 A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.
- 9.6 As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.
- 9.7 Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.
- 9.8 Para os fins de cálculo do *quorum* de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, "Debêntures em Circulação" significam todas as Debêntures subscritas, integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora ou qualquer de seus diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.
- 9.9 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.
- 9.10 O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.11 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.
- 9.12 Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, no que tange a assembleia geral de acionistas.

10 Declarações e Garantias da Emissora e da Fiadora

10.1 A Emissora e a Fiadora declaram e garantem nesta data que:

- (i) são sociedades por ações devidamente organizadas, constituídas e existentes de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) estão devidamente autorizadas a celebrar a presente Escritura de Emissão, os Contratos de Alienação Fiduciária, o Contrato de Cessão Fiduciária, e/ou de

qualquer documento relacionado à Emissão e à Ofertade de que sejam parte e a cumprir todas as obrigações aqui e ali previstas, conforme aplicável, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;

- (iii) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Alienação Fiduciária, do Contrato de Cessão Fiduciária e de qualquer documento relacionado à Emissão e à Oferta de de que sejam parte, têm poderes bastantes para tanto;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Alienação Fiduciária, do Contrato de Cessão Fiduciária e de qualquer documento relacionado à Emissão e à Ofertade de que sejam parte e quaisquer outros contratos no âmbito da Emissão e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos, conforme aplicável, não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e pela Fiadora;
- (v) esta Escritura de Emissão, os Contratos de Alienação Fiduciária, o Contrato de Cessão Fiduciária e qualquer documento relacionado à Emissão e à Ofertade de que sejam parte e as obrigações aqui e ali previstas, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora e da Fiadora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (vi) têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, tendo sido a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios acordada por livre vontade da Emissora e da Fiadora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (vii) estão adimplentes com o cumprimento e cumprirão todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Alienação Fiduciária, do Contrato de Cessão Fiduciária e de qualquer documento relacionado à Emissão e à Ofertade de que sejam parte, e de quaisquer outros contratos no âmbito da Emissão, não tendo ocorrido, na presente data, qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado;
- (viii) as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora, naquela data e para aqueles períodos, e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis estabelecidos na regulamentação aplicável;
- (ix) os documentos, as informações e os materiais informativos fornecidos são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes, e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
- (x) a celebração, os termos e as condições desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Alienação Fiduciária, do Contrato de Cessão Fiduciária e de qualquer documento relacionado à Emissão e à Ofertade de que sejam parte, o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas, conforme aplicável (1) não infringem seus documentos societários; (2) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou a Fiadora sejam parte e que possa afetar, de forma material, as obrigações assumidas nesta Escritura de

Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária, nos Contratos de Alienação Fiduciária e de qualquer documento relacionado à Emissão e à Ofertade de que sejam parte; (3) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora que afete, de maneira adversa e material, a capacidade de sua geração de caixa; e (4) não resultarão em (i) vencimento antecipado ou rescisão de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento que afete, de maneira adversa e material, a capacidade de sua geração de caixa; ou (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre ativo ou bem da Emissora, exceto pela Cessão Fiduciária;

- (xi) estão cumprindo as leis, os regulamentos, as normas administrativas e as determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (xii) estão em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- (xiii) na data de assinatura desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Alienação Fiduciária, do Contrato de Cessão Fiduciária e de qualquer documento relacionado à Emissão e à Ofertade de que sejam parte, não têm conhecimento da existência de qualquer ação ou processo judicial, administrativo ou arbitral ou procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental envolvendo a Emissora, de qualquer forma;
- (xiv) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e de quaisquer outros contratos no âmbito da Emissão, ou para a realização da Emissão, exceto (i) pelo registro das Debêntures perante a CETIP; (ii) pela inscrição desta Escritura de Emissão, e seus eventuais aditamentos, na JUCESP; (iii) pelo arquivamento da ata da AGE, da RCA, da RCA Aynil, incluindo os seus exemplares de publicação no DOESP e no DC, na JUCESP; (iv) pelos registros Contratos de Alienação Fiduciária, e seus eventuais aditamentos, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, nos termos do item 2.1.3 acima; (v) pelo registro Contrato de Cessão Fiduciária, e seus eventuais aditamentos, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, nos termos do item 2.1.4 acima; (vi) pelo registro do Contrato de Compartilhamento de Garantias nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, nos termos do item 2.1.5 acima; (vi) pelo registro desta Escritura de Emissão nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, nos termos do item 2.1.6 acima e (vii) pelo registro da ata do AGQ FIP Integra, no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- (xv) as suas situações econômicas, financeiras e patrimoniais, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que tenha um Efeito Adverso Relevante;
- (xvi) não têm conhecimento acerca da existência de (1) descumprimento, pela Emissora, de qualquer disposição contratual relevante ou legal ou de ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (2) qualquer ação ou processo judicial,

administrativo ou arbitral ou procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental (i) que possa ter um Efeito Adverso Relevante na capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária e de qualquer documento relacionado à Emissão e à Ofertade de que sejam parte; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou, de qualquer forma, afetar esta Escritura de Emissão, os Contratos de Alienação Fiduciária e o Contrato de Cessão Fiduciária e qualquer documento relacionado à Emissão e à Ofertade de que sejam parte;

não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;

- (xvii) cumprem e fazem cumprir, bem como suas afiliadas, acionistas, funcionários ou eventuais subcontratados, as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei Anticorrupção, na medida em que: (i) mantêm políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; (ii) dão pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora e com a Fiadora, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste documento; (iii) abstêm-se de praticar atos de corrupção e de agirem de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; (iv) caso tenham conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicarão imediatamente o Agente Fiduciário e o Coordenador Líder, que poderão tomar todas as providências que entender necessárias; e (v) realizarão eventuais pagamentos devidos ao Coordenador Líder exclusivamente por meio de transferência bancária ou cheque; e
- (xviii) exceto por leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé, nas esferas administrativa e judicial, está cumprindo as leis, os regulamentos, as normas administrativas, as regras de autorregulação e as determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, em especial o Normativo SARB nº 14, de 28 de agosto de 2014 da Federação Brasileira de Bancos – Febraban, (“Normativo SARB 14/2014”), bem como os termos socioambientais e trabalhistas em vigor, adotando as medidas necessárias para preservar o meio ambiente, atender às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais, evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente, à sociedade e aos seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social.

10.2 A Emissora se obriga, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar aos Debenturistas por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos ou despesas, devidamente comprovados (incluindo custos judiciais e honorários advocatícios razoáveis), diretamente incorridos pelos Debenturistas em razão da falsidade ou da incorreção de quaisquer das declarações prestadas acima.

10.3 A Emissora e a Fiadora, na data de sua ciência, compromete-se a notificar ao Agente Fiduciário e os Debenturistas caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes, podendo ou não ter um Efeito Adverso Relevante na capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão.

11 Notificações

11.1 As comunicações a serem enviadas por quaisquer das Partes no âmbito desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

Mtel Tecnologia S.A.

Avenida Ceci, 286, piso 1, 2 e depósito 1, Centro Empresarial Tamboré - CEP 06460-120 – Barueri/SP

At. Diretor Financeiro

Tel.: (11) 4134-8081

E-mail: Frederico.samartini@mtel.com.br / paulo.barreto@alothon.com

(ii) Para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar

04.538-132 – São Paulo/SP

At. Viviane Rodrigues

Tel: (11) 2172-2628

E-mail: VRodrigues@planner.com.br

(iii) Para a Fiadora:

Aynil Soluções S.A.

Avenida Ceci, 286, piso 1, 2 e depósito 1, Centro Empresarial Tamboré

CEP 06460-120 – Barueri/SP

At. Diretor Financeiro

Tel.: (11) 4134-8081

E-mail: Frederico.samartini@mtel.com.br / paulo.barreto@alothon.com / mblanco@mtel.com.br

11.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

11.3 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 1 (um) Dia Útil após o envio da mensagem.

12 Das Disposições Gerais

12.1 A mudança de qualquer um dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais Partes.

12.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura de Emissão, entende-se por "Dia Útil" qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados declarados nacionais.. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura de Emissão não vier acompanhada da indicação de "Dia Útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

- 12.3** Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora ou da Fiadora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
- 12.4** Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 12.5** Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.
- 12.6** Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores a qualquer título.
- 12.7** Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, bem como de seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, incluindo aqueles relacionados às Garantias, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora, sem prejuízo de o Agente Fiduciário realizar os protocolos da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, caso a Emissora não os faça, nos termos do item 8.4 (v) acima.
- 12.8** O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou, ainda, em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora de elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 12.9** O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

13 Lei e Foro

13.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

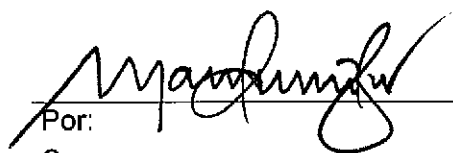
13.2 Fica eleito o Foro central da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 10 de dezembro de 2014.

[Página 1/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Quinta (5ª) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Mtel Tecnologia S.A.]


MTEL TECNOLOGIA S.A.



Por: _____
Cargo: **Mauricio Almeida Blanco**
Presidente


Por: _____
Cargo: **José Carlos Scheidt**
Vice Presidente Comercial

[Página 2/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Quinta (5ª) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Mtel Tecnologia S.A.]

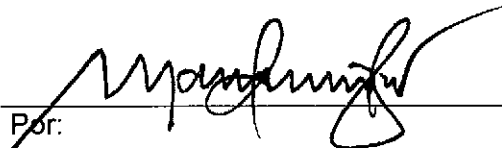
PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Por: 
Cargo: **Tatiana Lima**
Procuradora

Por: 
Cargo: **Zélia Souza**
Procuradora

[Página 3/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Quinta (5ª) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Mtel Tecnologia S.A.]

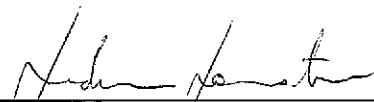
AYNIL SOLUÇÕES S.A.

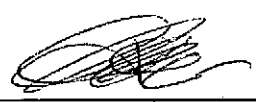
Por: 
Cargo: **Maurício Almeida Blanco**
Presidente

Por: 
Cargo: **José Carlos Scheidt**
Vice Presidente Comercial

[Página 4/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Quinta (5ª) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Mtel Tecnologia S.A.]

Testemunhas:

1. 
Nome: **FREDERICO S. Q. ALVES**
RG: **MG 8634418**

2. 
Nome: **Fernando Furvencio**
RG: **42.626.734-5 SSP/SP**



ANEXO I

MODELO DE NOTIFICAÇÃO

(Local), (data).

A

Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar

CEP: 04.538-132

São Paulo/SP

At. Viviane Rodrigues

Prezados Senhores:

Fazemos referência ao "Instrumento Particular de Escritura da Quinta (5ª) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Mtel Tecnologia S.A." ("Escritura"), celebrado em 10 de dezembro de 2014, entre a nós e V.Sas, no âmbito da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, de Emissão da MTEL Tecnologia S.A., para informar que o valor dos Recursos Contrato MJ a ser utilizados na realização, nesta data, da Amortização Antecipada Obrigatória, é de R\$[●] ([●] reais).

Os termos utilizados nesta Notificação, iniciados em letras maiúsculas, que estejam no singular ou no plural e que não sejam definidos de outra forma neste Contrato, terão os significados que lhes são atribuídos na Escritura de Emissão.

Permanecemos à disposição para qualquer esclarecimento porventura necessário.

Atenciosamente,

MTEL TECNOLOGIA S.A.

Nome: _____

Cargo: _____

Nome: _____

Cargo: _____